

## **O processo de reintegração de Taiwan a China na Era da Reforma e a Abertura**

*Eden Pereira Lopes da Silva<sup>1</sup>*

**Resumo:** O trabalho discute a relação entre o processo de reintegração de Taiwan à China e a política da *Reforma e Abertura*. O artigo descreve a relação entre a ilha e a crise chinesa entre os séculos XIX e XX, que resultou na vitória da Revolução Socialista de 1949 e na instalação de um governo paralelo em Taiwan. Apontamos o impacto das mudanças internacionais a partir da década de 1970 e a emergência das reformas na China para uma nova abordagem política da reunificação, e analisamos os comunicados e tratados com relação ao tema envolvendo a China e os Estados Unidos. Por fim, concluímos que a não resolução da *Questão de Taiwan* representa uma ameaça a paz na Ásia Oriental.

**Palavras-chave:** Reforma e Abertura; China; Taiwan; Ásia Oriental

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC-UFRJ), Pesquisador do NIEAAS-UFRJ. Este artigo é fruto de pesquisa na pós-graduação com fomento da CAPES. E-mail: [yedenev1945@gmail.com](mailto:yedenev1945@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0741-4562>.

## Taiwan's reintegration process with China in the Era of Reform and Opening-up

**Abstract:** This work discusses the relationship between Taiwan's reintegration process into China and the *Reform and Opening-up* policy. The article describes the relationship between the island and the Chinese crisis between the 19th and 20th centuries, which resulted in the victory of the Socialist Revolution of 1949 and the establishment of a parallel government in Taiwan. We point out the impact of international changes in the 1970s and the emergence of reforms in China leading to a new political approach to reunification, and we analyze the statements and treaties related to the topic involving China and the United States. Finally, we conclude that the unresolved *Taiwan Issue* represents a threat to peace in East Asia.

**Keywords:** Reform and Opening-up; China; Taiwan; East Asia.

## Introdução

A diferença entre as capacidades produtivas da República Popular da China (RPC) e da ilha de Taiwan era abismal no final da década de 1970. De acordo com dados de Angus Maddison, no ano de 1978, o Estado socialista possuía um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de U\$ 979,00 perante os US\$ 5.587 da única região chinesa que permaneceu sob controle do Guomindang após 1949.<sup>i</sup> O dinamismo social e econômico chinês também era modesto e limitado em comparação com outros países asiáticos populosos, como a Indonésia e as Filipinas. Isso era um problema político e ideológico para o histórico projeto revolucionário conduzido pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), que sempre teve por objetivo reconquistar a estabilidade social e econômica, e reunificar a China.

Este cenário forçou as lideranças chinesas a realizarem um profundo diagnóstico acerca dos limites históricos da estrutura política e do modelo econômico chinês construído desde 1949 a partir da década de 1970. A desescalada da *Guerra Fria* na Ásia Oriental a partir da expulsão dos Estados Unidos do Vietnã em 1975, a dissolução da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE) em 1977, e a normalização paulatina das relações entre Beijing e Washington após 1972, trouxe aos chineses uma nova realidade. Após neutralizarem o *Grupo de Shanghai*.<sup>ii</sup> Deng Xiaoping e outros líderes do PCCh reorganizaram administrativa e politicamente o país a partir de mudanças que já ocorriam no fim do governo Mao Zedong. Em suma, a adoção da *Reforma e a Abertura* a partir de 1978 na 3ª Sessão do 11º Comitê Central não foi o começo, mas a consolidação de um movimento.<sup>iii</sup>

Contudo, isso não implica em caracterizar a China pré-1978 como um país marcado por fracassos. Limitação é o termo ideal para caracterizar a difícil evolução política, econômica e social chinesa entre 1949 e 1978. Segundo Samir Amin, entre 1952 e 1978, os chineses experimentaram uma verdadeira revolução

social, pois a expectativa de vida no país dobrou, e o acesso aos bens e serviços no interior chinês foi expandido por causa da política de comunas adotada pelo princípio da *Terceira Frente*.<sup>iv</sup> Isso ocorreu em uma conjuntura na qual a China foi isolada das instituições internacionais e bloqueada economicamente pelos Estados Unidos. Ainda que a União Soviética fosse uma aliada de peso (Pelo menos até 1960), os recursos materiais e financeiros eram menores em comparação com o que as principais potências capitalistas poderiam oferecer aos chineses, e o foco soviético era a reconstrução da infraestrutura do país, destruída no curso da Segunda Guerra Mundial.

Este processo histórico limitou o processo revolucionário chinês, pois possibilitou a sobrevivência da resistência anticomunista em Taiwan, e dificultou a iniciativa chinesa de reintegração das áreas ocupadas por potências imperialistas desde o século XIX. O interesse geoestratégico dos Estados Unidos sobre a região, que incluía a contenção do processo revolucionário chinês, foi um fator crucial para que a área fosse palco de momentos de tensão na *Guerra Fria*. Os líderes chineses, principalmente Deng Xiaoping, entenderam que tal conjuntura inviabilizou soluções unilaterais ou tradicionais para a questão, e isso exigiu uma nova abordagem para o litígio. Este quadro criou os atuais contornos situados no problema da reunificação de Taiwan com a China, que segundo a presente estratégia do governo chinês precisa ser concluída até 2049, ano de comemoração do centenário da Revolução Socialista.

Neste artigo, realizaremos um breve debate problematizando este imbróglio em termos históricos com o objetivo de analisar o processo de nascimento e evolução da política de reintegração de Taiwan após o início das reformas na China em 1978. Nas próximas sessões, vamos discutir a situação de Taiwan durante a chamada *Era das Humilhações*, e indicar o impacto das

transformações na *Guerra Fria* a partir da década de 1970 no reposicionamento da RPC perante a questão.

### **O Século das Humilhações e a Questão de Taiwan**

Taiwan integrou os domínios de várias dinastias chinesas por séculos a partir de uma grande presença dos Han, a maior etnia da China. Antes do século XIX, Portugal e Países Baixos fracassaram nos esforços de controlar a ilha porque a China e o Japão, que disputavam a área, tinham uma presença econômica e militar maior que os europeus. Este cenário mudou com a derrota chinesa na *Guerra do Ópio* (1839-1842), que expôs ao mundo as vulnerabilidades do país e o processo de declínio político da Dinastia Qing. As grandes revoltas que eclodiram desde o começo do século XIX, como a *Revolução Taiping* (1850-1864), também contribuíram para abalar o prestígio e o poder da casa imperial chinesa.<sup>v</sup>

Essas revoltas questionavam os problemas sociais e econômicos de um modelo de desenvolvimento incapaz de competir com a Europa em termos materiais e militares, e também a passividade de parte das elites chinesas perante os *"Tratados Desiguais"*, que concediam privilégios e concessões a estrangeiros. As ações de desrespeito dos europeus aos monumentos e rituais tradicionais chineses também contribuíram para a eclosão desses eventos que enfraqueceram a China interna e externamente. Segundo Giovanni Arrighi, a principal consequência política desse processo durante o chamado *Século das Humilhações* foi a desintegração da "ordem sinocêntrica" na Ásia Oriental, que era expressa por uma espécie de "ritual" milenar assentado em relações tributárias com a Ásia Central, Coreia, Japão e Sudeste Asiático. Estados e povos que por séculos possuíram uma relação regional a partir de nexos que envolviam diretamente as diferentes dinastias chinesas com privilégios econômicos ou

proteção militar, ficaram “desprotegidos” e vulneráveis perante a expansão das potências imperialistas europeias.<sup>vi</sup>

Esse espaço político deixado pela crise do sistema sinocêntrico passou a ser disputado pelo Japão na segunda metade do século XIX após a *Revolução Meiji*, quando Tóquio começou a sua expansão militar na direção de ilhas disputadas com a Coreia e a China, tendo Taiwan sido uma das primeiras áreas ocupadas. O controle sobre a província chinesa era crucial para o Japão por ser um entreposto natural para uma expansão para o sul do Pacífico e o acesso às rotas comerciais marítimas do sudeste asiático, hegemônicas por chineses e outros povos há séculos. A ilha também era um pilar de controle do fluxo navegacional chinês e coreano com outras áreas por mar aberto. Considerando isso o *Tratado de Shimonoseki* (1895), que encerrou a *Primeira Guerra Sino-Japonesa* (1894-1895), transformou o controle sobre Taiwan e a influência sobre Península coreana em elementos indissociáveis para a crescente hegemonia de Tóquio na Ásia Oriental.

A reação a isso por meio do estabelecimento da República da China (RC) em 1912 sobre a liderança de civis e militares Han fracassou na tentativa de obter a estabilidade política e econômica. As independências da Mongólia (1911) e do Tibet (1912), e a emergência de uma excessiva autonomia local comandada por oficiais militares, que disputaram o poder na China até meados da década de 1920, instituiu a *Era dos Senhores da Guerra* que fragilizou ainda mais o país.<sup>vii</sup> Esse processo foi acompanhado de profundas mudanças nas relações entre a China e Taiwan, pois a desorganização das cadeias econômicas entre o continente e a ilha devido à crise geral chinesa facilitou a adesão de parte das elites taiwanesas ao projeto colonial japonês sobre a Ásia Oriental.<sup>viii</sup>

Isso também foi acompanhado por uma violenta perseguição aos movimentos antijaponeses que se opunham a presença de Tóquio e a

“niponização” dos chineses de Taiwan. Essa repressão política e cultural foi levada a cabo principalmente pela *Kempeitai*, uma espécie de polícia militar com características de serviço de inteligência, que dissolveu muitos movimentos sociais e políticos entre as décadas de 1910 e 1920 em Taiwan. Apesar da continuidade de um forte sentimento local antijaponês, o PCCh e o Guomindang também nunca estabeleceram com sucesso uma forte rede clandestina na ilha antes de 1945 por causa da eclosão da Guerra Civil Chinesa (1927-1937). Ainda assim, cerca de pelo menos 50 mil pessoas trabalharam na clandestinidade para a transferência de soldados e ações de sabotagem contra a presença japonesa após a invasão total a China a partir de julho de 1937.<sup>ix</sup>

Após o ataque japonês a *Pearl Harbour* em 1941, os Estados Unidos fortaleceram a aliança com o líder do Guomindang Chiang Kai-Shek, que denunciou os tratados desiguais com o Japão, e exigiu a reintegração de Taiwan e de outras áreas ocupadas. O acúmulo de derrotas japonesas nas batalhas navais contra os anglo-estadunidenses e a expulsão das Filipinas e de Okinawa no começo de 1945 encerraram o controle do Japão sobre a Ásia Oriental. Os desembarques anfíbios no arquipélago japonês, na Coreia e em Taiwan planejados pela *Operação Downfall (Queda)* isolariam as tropas nipônicas na China, fortaleceriam o Guomindang, e transfeririam a hegemonia regional para Londres e Washington. Contudo, a declaração de guerra dos soviéticos contra o Japão e a rápida ofensiva do Exército Vermelho sobre a Manchúria ao lado das guerrilhas de Mao Zedong e Kim Il Sung no nordeste da China e norte da Península coreana evitou este cenário. Tóquio aceitou os termos de cessar-fogo do Guomindang e dos Estados Unidos visando atenuar o avanço dos socialistas no presente e conter uma futura “onda vermelha” na Ásia Oriental.<sup>x</sup>

Em meio a este cenário, o enclave de Taiwan começou a ser “resolvido” nas primeiras horas após o anúncio da rendição incondicional japonesa em 15 de

agosto por iniciativa do comandante do 10º Exército sediado em Taiwan, Rikichi Ando, que abriu o processo de transição da soberania da ilha para a República da China. A conclusão foi finalizada *de facto* em outubro de 1945 quando Chen Yi, general do Guomindang, recebeu a autoridade sobre a área em nome do governo chinês. Entretanto, com a eclosão de um novo conflito na China envolvendo frações do Guomindang lideradas por Chiang Kai-Shek e o PCCh, a relação entre a ilha e o continente voltou a ser difícil. Os políticos anticomunistas que governavam Taiwan eram ineficientes e corruptos, mantiveram estruturas opressivas do período colonial japonês, e até mesmo figuras colaboracionistas em postos chave na administração pública.<sup>xi</sup> Isso resultou na eclosão de uma violenta revolta entre 28 de fevereiro e 16 de maio de 1947 contra a situação social e econômica precária, duramente reprimida, e seguida pela imposição de uma Lei Marcial em maio de 1949, que duraria até 1987. Essa situação piorou após a proclamação da República Popular da China (RPC) em Beijing e a expulsão do Guomindang do continente entre 1949 e 1950.

A partir de então, o controle de Taiwan tornou-se fundamental para Chiang Kai-Shek e os Estados Unidos. Entre julho e outubro de 1950, Washington quase perdeu a possibilidade de ter alguma presença política e militar na Ásia continental a partir da Península da Coreia, que chegou perto de ser reunificada pelos socialistas coreanos. A intervenção estadunidense para salvar a ditadura de Syngman Rhee durante a Guerra da Coreia também salvou o governo de Chiang Kai-Shek, atrapalhou os planos de desembarque anfíbio dos socialistas em Taiwan, e solidificou um posto avançado para uma futura entrada na China continental. Segundo Han Nianlong, o plano de intervenção na Coreia envolvia a ocupação da Península com a dissolução do Estado socialista na parte norte, e o acúmulo de forças para uma intervenção na China a partir desta área e de Taiwan.<sup>xii</sup>

Daí em diante a presença estadunidense no estreito de Taiwan não parou de crescer. Em 1951, Washington selou a paz entre o Guomindang e o Japão no *Tratado de São Francisco*, deixando a RPC de fora das negociações. Mais tarde, em 1954, Chiang Kai-Shek e a Casa Branca assinaram o *Tratado de Defesa Mútua entre Estados Unidos e Taiwan*, tornando a presença política e militar externa permanente a partir da proteção do governo autoritário do Guomindang pelo guarda-chuva nuclear estadunidense. Este cenário dificultou qualquer iniciativa autônoma chinesa para resolver o que emergiu desde então como a *Questão de Taiwan*. Ainda que a ilha chinesa jamais tenha sido admitida na Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE)- diga-se por oposição da França e da Grã-Bretanha-, tornou-se um posto avançado para a política de “contenção do comunismo” durante a *Guerra Fria*, e pivô de três crises nas relações sino-estadunidenses (1954-1955, 1958 e 1996).

O fator mais grave em todo esse processo para a China continental era que a ilha de Taiwan- que seguiu como República da China (RC)- prosseguiu separada do resto do país, assim como Hong Kong e Macau. Ou seja, a Revolução Socialista na China estava inconclusa, o PCCh não cumpriu integralmente a tarefa da reunificação, e isso permaneceria como uma missão crucial. O reconhecimento global paulatino da RPC e de sua soberania sobre Taiwan ao longo das décadas de 1960 e 1970 trouxe avanços neste sentido. Contudo, tornou-se notório para o governo chinês que também era preciso mudar a abordagem da questão.

### **A Reforma e a abertura na China e as mudanças e continuidades nas relações no Estreito de Taiwan**

Diante da derrota no Vietnã e do esvaziamento da OTASE, o diplomata estadunidense Henry Kissinger propôs ao presidente Richard Nixon uma aproximação com a China para isolar a União Soviética e dividir o bloco socialista

a fim de suavizar o peso do revés no sudeste asiático. O único impedimento a normalização das relações entre Beijing e Washington era o apoio da Casa Branca a Chiang Kai-Shek. Essas diferenças prolongaram as negociações sino-estadunidenses até 1971, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas votou pela reincorporação da China ao órgão. O desafio de Washington a partir de então – presente ainda hoje – passou a ser, como admitir a reintegração da ilha por Beijing sem isso significar um triunfo do PCCh sobre a experiência política liberal do Guomindang. Além do mais, a reincorporação de Taiwan também resgata a condição de potência continental e marítima do país asiático nos termos de um pensamento estratégico mackinderiano.<sup>xiii</sup>

A China do início da década de 1970 estava assolada pelos escombros da *Revolução Cultural* e era incapaz de encontrar fórmulas diplomáticas e políticas eficientes para a questão da reintegração de Taiwan, Hong Kong e Macau. As mudanças paulatinas na direção do governo chinês conduzidas por Mao Zedong a partir de 1969 encontravam grande resistência no *Grupo de Shanghai*, neutralizado apenas depois de 1974. Estes limites internos ainda existiam no PCCh no momento em que Zhou Enlai, Henry Kissinger, Richard Nixon e Mao Zedong elaboraram o *Comunicado de Shanghai* (1972), que foi o primeiro reconhecimento oficial pelos Estados Unidos de que Taiwan era parte da China.

Os obstáculos globais e internos foram superados apenas ao longo do fim da década de 1970 e o início de 1980, quando a China desenvolveu a *Reforma e a Abertura* e a OTASE foi dissolvida. Estes eventos permitiram que a diáspora chinesa na Ásia Oriental participasse do desenvolvimento de projetos econômicos nas zonas especiais em Shenzhen, Shantou, Zhuhai e Xiamen, abrindo canais informais de diálogo entre Beijing e Taipei.<sup>xiv</sup> Em um passado não muito distante, essa mesma diáspora chinesa na Ásia Oriental e na província de Taiwan foram cruciais para a integração econômica da China ao capitalismo europeu, como apontou Wang

Hui<sup>xv</sup>. Essa reinversão da fórmula por Deng Xiaoping foi coordenada com um esforço diplomático e político estratégico com a apresentação de um novo conceito para o processo da reunificação da China: *Um País, Dois Sistemas*. Esta ideia, aplicada no processo de reintegração de Hong Kong e Macau, pressupunha a coexistência por médio e longo prazo entre as práticas e as “instituições capitalistas” nas fronteiras exteriores da China com as estruturas e a orientação socialista da sociedade chinesa. Esta proposta emerge como um espelho do próprio conceito do *Socialismo de Mercado*.<sup>xvi</sup> Eis a ideia de Deng Xiaoping:

*Não aprovamos a “autonomia completa” para Taiwan. Deve haver limites para a autonomia, e onde há limites, nada pode ser completo. “Autonomia completa” significa duas Chinas, não uma. Sistemas diferentes podem ser praticados, mas deve ser a República Popular da China sozinha que represente a China internacionalmente. Reconhecemos que o governo local de Taiwan pode ter seu próprio conjunto separado de políticas para assuntos domésticos. E embora, como uma região administrativa especial, Taiwan tenha um governo local, ele será diferente dos governos locais de outras províncias, municípios e regiões autônomas. [...]*

*Após a reunificação com a pátria, a região administrativa especial de Taiwan assumirá um caráter único e poderá praticar um sistema social diferente do continente. Ela desfrutará de poder judicial independente, e não haverá necessidade de ir a Pequim para a adjudicação final. Além disso, pode manter seu próprio exército, desde que não ameace o continente. O continente não estacionará ninguém em Taiwan. Nem tropas, nem pessoal administrativo irão para lá (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xvii</sup>*

Deng Xiaoping também trouxe uma nova abordagem na relação com os países fronteiriços e as grandes potências. A diminuição do tamanho das forças armadas e do complexo industrial militar na década de 1980 conjunta a uma política de parceria industrial com empresas europeias e japonesas propagou uma nova imagem da China<sup>xviii</sup>. Isso teve um impacto até sobre a Margaret

Thatcher, que precisou recalcular os possíveis custos políticos e econômicos na então posição de Londres na região Ásia-Pacífico de continuar ocupando Hong Kong. As consequências políticas sobre Taiwan também foram grandes, pois o presidente Chiang Ching-Guó- filho de Chiang Kai-Shek-, teve que recuar do Estado de exceção, derrubando a lei marcial em 1987 e permitindo que pela primeira vez desde 1950 os povos dos dois lados do estreito pudessem transitar.

Isso foi possível porque a China normalizou as relações com o Japão e os Estados Unidos no fim da década de 1970. Este processo atingiu o ápice nas declarações de 1978, nas quais Tóquio e Washington reconhecem a soberania chinesa sobre a ilha. Contudo, a questão da validade dos acordos assinados por Taiwan, especialmente o *Tratado de São Francisco* (1951), no qual Taipei cedeu as ilhas Diaoyou- também chamadas de Senkaku- aos japoneses, permaneceu uma polêmica sem resposta. Com base nisso, os presidentes estadunidenses e os primeiro-ministros japoneses entendiam que a *Questão de Taiwan* não envolvia apenas o status da ilha. A reunificação chinesa exigiria um novo acordo delimitando as fronteiras finais entre a China e o Japão no qual os nipônicos estariam em uma posição mais desvantajosa do que no período do *Tratado de São Francisco*. Portanto, o tom vago quanto ao processo de reunificação nos comunicados era proposital, e permitia protelar o problema até que Washington e Tóquio conquistassem uma posição melhor. O principal interesse estadunidense naquele momento era conter a União Soviética, mas sem abrir mão dos instrumentos de pressão sobre a China. Zbigniew Brzezinski, Conselheiro de Segurança Nacional na presidência de Jimmy Carter, enfatizou em *El Gran Tablero Mundial- La Supremacia estadunidense y sus imperativos* que as relações sino-estadunidenses deveriam evitar a questão de Taiwan, e que a aparição de uma "Grande China" reunificada deveria ser impedida a todo o custo.<sup>xix</sup>

Para a melhor compreensão e análise do tema citamos a seguir em sequência alguns dos trechos referentes a Taiwan nos três principais comunicados conjuntos sino-estadunidenses:

*O lado dos EUA declarou: Os Estados Unidos reconhecem que todos os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan afirmam que existe apenas uma China e que Taiwan faz parte da China. O Governo dos Estados Unidos não contesta esta posição. Reafirma o seu interesse em uma resolução pacífica da questão de Taiwan pelos próprios chineses. Com esta perspectiva em mente, afirma o objetivo final da retirada de todas as forças e instalações militares dos EUA em Taiwan à medida que a tensão na área diminui (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xx</sup>*

*Os Estados Unidos da América reconhecem o Governo da República Popular da China como o único governo legal da China. Neste contexto, o povo dos Estados Unidos manterá relações culturais, comerciais e outras relações não oficiais com o povo de Taiwan. [...].*

*O governo dos Estados Unidos da América reconhece a posição chinesa de que só existe uma China e Taiwan faz parte da China (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xxi</sup>*

*No Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas de 1º de janeiro de 1979, emitido pelo Governo dos Estados Unidos da América e pelo Governo da República Popular da China, os Estados Unidos da América reconheceram o Governo da República Popular da China como o único governo legal da China, e reconheceu a posição chinesa de que só existe uma China e que Taiwan faz parte da China. Nesse contexto, os dois lados concordaram que o povo dos Estados Unidos continuaria a manter relações culturais, comerciais e outras relações não oficiais com o povo de Taiwan. Nesta base, as relações entre os Estados Unidos e a China foram normalizadas (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xxii</sup>*

O reconhecimento estadunidense da soberania chinesa sobre a ilha é acompanhado por um tom vago quanto ao processo da integração nos três comunicados. Como assevera o diplomata Kishore Mahbubani, a admissão estadunidense da soberania chinesa sobre a ilha não foi suficiente para resolver o problema, pois trata-se de uma questão mais ampla que foi manobrada com parcial sucesso até agora<sup>xxiii</sup>. Para Chiang Kai-Shek e os aliados estadunidenses em Taiwan, isso permitiu que os protestos internos derivados da divulgação dos comunicados conjuntos fossem mitigados, a administração da crescente pressão pela independência em tendências internas no Guomindang, e facilitou ainda uma transição política gradual na ilha após a morte do próprio general chinês.

Este novo momento também era marcado pelo crescimento do dinamismo social e econômico de Taiwan, que atingiria em meados da década de 1980 índices semelhantes aos países centrais do capitalismo. As relações econômicas, sociais e culturais entre a sociedade taiwanesa e o Japão e os Estados Unidos eram mais sólidas do que antes de 1945, impedindo uma integração da ilha ao continente como ocorreria nos casos de Hong Kong e Macau, que diferiam por serem dependências coloniais europeias. A notável presença nipo-estadunidense inviabilizou a emergência de círculos empresariais locais associados com alguma margem de independência como ocorreu com outros "Tigres Asiáticos", como os "Chaebols" na Coreia do Sul e os "Keiretsu" no Japão. O principal exemplo é Morris Chang, fundador e um dos grandes acionistas da principal empresa tecnológica da ilha, a *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (Companhia Fabril de Semicondutores de Taiwan- **TSMC**)<sup>xxiv</sup>. Essa empresa, oficial e nominalmente taiwanesa, possui parte de seu capital acionário detido por fundos estadunidenses a despeito de ser pública e possuir a sede física na ilha. Além disso, Morris Chang possui também a nacionalidade estadunidense, algo que subordina todas as propriedades do empresário aos tribunais e órgãos

de fiscalização em Washington e Nova York. Em comparação com empresas na Coreia do Sul e no Japão, casos similares envolvendo uma empresa tão estratégica como a TSMC são raros.

Estes não são os únicos problemas referentes aos comunicados. O Japão, que é uma das partes afetadas pela questão por causa das delimitações da fronteira marítima, foi e prefere ser ignorado para manter o *status quo* na região para o seu benefício. Apenas no Comunicado de Shanghai existe um único trecho que é possível identificar a existência de uma terceira entidade no processo. Nele está escrito que: "*nenhum dos dois (China e Estados Unidos) estão preparados para negociar em nome de terceiros ou para celebrar acordos ou entendimentos um com o outro dirigidos a outros Estados*" (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xxv</sup>

Kissinger justificou este trecho como uma forma de tranquilizar os dois lados do estreito de Taiwan quanto a possibilidade de uma imposição da reunificação por vias não-pacíficas. No entanto, é preciso ressaltar que até aquele momento, a RPC e o Japão- que deveria ser uma terceira parte no acordo- ainda não tinham firmado um acordo final de paz desde a Segunda Guerra Mundial. Para os Estados Unidos, o controle nipônico das ilhas próximas de Taiwan, reivindicadas por Beijing, era essencial e inegociável. Se por um lado essa cláusula responsabiliza os chineses dos dois lados do estreito pelas negociações da reunificação, por outro, em termos jurídicos e políticos, indiretamente libera o Japão de qualquer compromisso de renegociar os acordos assinados em São Francisco em 1951.

O estabelecimento da paz e a normalização das relações entre a RPC e o Japão jamais foi sucedida por um acordo final sobre as fronteiras marítimas. No comunicado conjunto de 1972 e no tratado de 1978 não existe qualquer menção direta ao tema da delimitação final dos territórios entre os dois países. A única referência indireta existente está no comunicado emitido em 1972:

*O governo da República Popular da China reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China. O governo do Japão compreende e respeita a posição do governo da China e adere a sua posição de cumprir o Artigo 8 da Declaração de Potsdam (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xxvi</sup>*

Consultando-se “a letra” do artigo 8 da Declaração de Potsdam, é possível observar uma questão ainda mais nebulosa: “Os termos da Declaração do Cairo serão realizados e a soberania japonesa será limitada às ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e ilhas menores à medida que determinarmos” (Tradução do inglês pelo autor).<sup>xxvii</sup> O verbo em idioma inglês na versão oficial do acordo **as we determine** não está delimitado dessa forma por acaso. A Conferência de Potsdam ocorreu em um momento em que a futura divisão da ocupação aliada no Japão estava sendo discutida, e não havia um cenário claro sobre quais seriam as fronteiras finais de Tóquio e de Beijing. No período anterior a 1949, Chiang Kai-Shek exigia o retorno de todas as áreas ocupadas pelo Japão após o *Tratado de Shimonoseki*. Porém, quando o *Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão* foi firmado, o enfraquecido Guomindang já tinha cedido as ilhas Diaoyu, que foram incluídas como território japonês neste acordo. Como a RPC não reconhece os acordos assinados por Chiang Kai-Shek apesar do Japão considerar que o tema foi “resolvido”, a questão vai reemergir no exato momento em que Taiwan for plenamente reintegrada a Beijing.

Portanto, é conclusivo que o processo de reaproximação entre a China continental e Taiwan é um processo histórico difícil e com muitas complexidades. A ausência de avanços concretos na direção da reunificação no mesmo ritmo de Hong Kong e de Macau por causa destas questões históricas particulares permitiram a contínua presença e ingerência dos Estados Unidos na região. O exemplo mais factível é a *Taiwan Relations Act* (Lei de Relações com Taiwan) de

1979, que prevê a continuidade da assistência militar estadunidense ao governo da ilha, e o suporte por meio da venda de equipamentos bélicos. Embora Washington negasse, e ainda negue, que tais ações não têm por objetivo fornecer condições para que Taipei declare a independência, na prática, essa intervenção faz com que as históricas tensões sino-estadunidenses na área prossigam, postergando a resolução do problema.

### **Considerações**

A emergência histórica da *Questão de Taiwan* está ligada ao *Século das Humilhações*, no qual a China passou por revoltas internas e guerras contra as tentativas de partilhas realizadas pelas potências. A destruição do sistema sinocêntrico na Ásia Oriental, seguido pela ascensão imperialista do Japão resultou na ocupação da ilha, que passou por um processo de desligamento econômico, cultural e social do continente. A eclosão do conflito entre o Guomindang e o PCCh, que resultou no estabelecimento de um governo chinês paralelo em Taipei após a vitória da Revolução Socialista em 1949 acentuou essa cisão histórica. A proteção de Taiwan e do governo autoritário do Guomindang pelos Estados Unidos ao longo da *Guerra Fria* impediu que a reunificação chinesa fosse completada, e exigiu dos líderes da RPC uma nova abordagem política a partir da *Reforma e a Abertura*.

A normalização das relações entre a China e os Estados Unidos ao longo da década de 1970, a partir de um novo cenário internacional marcado pelo amplo reconhecimento da RPC, possibilitou que Beijing reorganizasse a sua reinserção internacional por meio da *Reforma e a Abertura*. A apresentação do conceito de "*Um País, Dois Sistemas*" por Deng Xiaoping como saída para o processo de reintegração de Hong Kong, Macau e Taiwan refletiu essa nova leitura acerca da reunificação. Isso pressionou o governo Guomindang ao longo da década de 1980,

que foi obrigado a flexibilizar os arcabouços autoritários e as restrições nas comunicações entre Beijing e Taipei. Estes eventos ocorreram porque as relações com os países vizinhos, os Estados Unidos e o Japão foram normalizadas e pacificadas. No entanto, o estabelecimento das relações sino-estadunidenses e sino-japonesas, e o reconhecimento da soberania chinesa sobre a ilha nos comunicados, não resultaram em soluções concretas para a *Questão de Taiwan* por causa dos interesses estratégicos da Casa Branca. Instrumentos jurídicos, políticos e militares como a *Taiwan Relations Act* (1978) e o *Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão* (1951) permitiram a contínua presença estadunidense na área, e tornaram-se um impedimento concreto para uma solução definitiva da situação da ilha.

Este processo histórico permitiu que alguns acordos pontuais fossem alcançados nas últimas décadas a partir das iniciativas reformistas na China continental. A partir de 1990 ocorreram vários diálogos entre as organizações de promoção da reunificação sediadas em Beijing e Taipei, e importantes consensos foram alcançados, como o de novembro de 1992, que estabeleceu a construção de instituições bilaterais visando intensificar os intercâmbios sociais, culturais e políticos. Em 2005, uma delegação do Guomindang liderada pelo futuro presidente Ma Ying-jeou (2008-2016) - um dos opositores as tendências secessionistas-visitou Beijing e firmou acordos abrangendo a unificação de instrumentos, tarifas e documentos entre a RPC e a RC. O próprio Ma Ying-jeou foi o único presidente da ilha a encontrar um líder do PCCh pela primeira vez desde o encontro entre Chiang Kai-Shek e Mao Zedong em 1945.

O alcance destes consensos políticos entre a RPC e a RC envolvendo intercâmbios políticos, sociais e econômicos também foi atravessado pela expansão do movimento independentista em Taiwan, que obteve triunfos políticos e eleitorais em meio a contínua ingerência estadunidense na região, dificultando

o processo da reunificação. Um dos principais responsáveis por instalar esse dilema foi o sucessor de Chiang Ching-Guó, Lee Teng-hui (1988-2000), vice-presidente e líder *de facto* do Guomindang após a segunda metade da década de 1980. Este político de origem Han-Hakka<sup>xxviii</sup>, foi o primeiro líder de Taiwan que expressou apoio público aos movimentos de independência da ilha ao permitir a circulação e a veiculação de ideias secessionistas, contrariando os antigos líderes do Guomindang. Na primeira eleição direta para presidente em Taiwan no ano de 1996, Lee Teng-hui fez uma visita provocativa aos Estados Unidos que resultou na escalada da *Terceira Crise dos Estreitos* (1995-1996), que teve impacto sobre o curso das discussões políticas entorno da reunificação. Ao longo da década de 2000, este presidente- apelidado de “Pai da Democracia em Taiwan”- saiu do Guomindang e passou a integrar a coalizão política secessionista liderada pelo Partido Democrático Progressista (DPP) de Chen Shui-bian.

Apesar de estarem nos bastidores deste processo, os Estados Unidos continuam influentes e dificultam a solução da questão. Em 1996, Bill Clinton ordenou o envio da 7ª Frota sediada no Havaí para o Estreito de Taiwan como resposta aos exercícios militares conduzidos pela RPC. Em 2013, os Estados Unidos aprovaram a *Taiwan Policy Act* que entre outras coisas estipula que:

*Os Estados Unidos devem procurar diplomaticamente preservar o espaço internacional de Taiwan, apesar da pressão e coerção externa, e procurar garantir a participação significativa de Taiwan em organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS).*

(...)

*Apoiar Taiwan, a democracia de Taiwan e os direitos humanos do seu povo (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xxix</sup>*

A partir desta breve discussão é conclusivo que não existe uma solução clara para este imbróglio. O ex-conselheiro de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski (1976-1980), cujo pensamento estratégico continua influente na política

externa dos Estados Unidos, sustentou no seu último livro, *Strategic Vision- America and The Crisis of Global Power* (2012), que as transformações ocorridas entre as décadas de 1990 e 2000 enfraqueceram a hegemonia mundial de Washington. A consequência disso na Ásia é a crescente vulnerabilidade da presença estadunidense em pontos cruciais como o Estreito de Taiwan, ameaçando a influência sobre a Coreia do Sul e o Japão<sup>xxx</sup>. A principal resposta a isso têm sido o desenvolvimento de uma arquitetura diplomática, política e militar de “contenção da China” denominada de *Estratégia Indo-Pacífica*. Esse caminho foi apresentado durante a administração de George Bush a partir de uma discussão pública iniciada pelo ex-conselheiro do Departamento de Defesa Robert D. Kaplan.<sup>xxxi</sup>

Um ponto nevrálgico da *Estratégia Indo-Pacífica*, ainda que publicamente não mencionado, é a ilha de Taiwan. Esta área, governada por administrações aliadas aos interesses dos Estados Unidos, é o principal fator impeditivo da retomada de uma plena soberania da RPC sobre a sua costa, permitindo a projeção naval mercante e militar para o Oceano Pacífico. O diplomata Kishore Mahbubani reitera ainda que:

*A única exceção de gatilho para uma guerra envolvendo a China é Taiwan. Na maioria das vezes, os líderes chineses têm bastante flexibilidade política. Não há nenhuma pressão interna forte com a qual se preocupar. Mas a única questão em que os líderes chineses não podem se curvar e ceder é Taiwan. Qualquer líder chinês, incluindo Xi Jinping (apesar de todo o seu poder), poderia ser deposto se fosse visto como fraco em relação a Taiwan. Por que Taiwan é tão fundamental para a China? Há uma explicação muito simples. Todo chinês conhece o século de humilhação que a China sofreu desde a Guerra do Ópio até 1949. Quase todos os vestígios históricos desse século de humilhação foram removidos ou resolvidos, incluindo Hong Kong e Macau.<sup>xxxii</sup>*

Precavendo-se para o pior dos cenários, isto é, uma guerra durante a reintegração de Taiwan, em 2005, o Congresso Nacional Popular da China aprovou

uma Lei Antisecessão, que prevê o possível uso de forças militares para a supressão de qualquer ação independentista no território chinês. Este dispositivo foi criado não só para abranger os casos de reintegração recentes como Hong Kong e Macau, mas sobretudo Taiwan e também as tensões políticas que envolviam o Tibet o Xinjiang. Luiz Alberto Muniz Bandeira indica que isso era uma resposta a tentativa estadunidense de replicar a estratégia de fragmentação da União Soviética sobre a China por meio do suporte indireto a movimentos de independência nas áreas citadas.<sup>xxxiii</sup> Essa lei de caráter reativa foi cristalizada nas estratégias de segurança e defesa nacionais do país. Em *A Defesa Nacional Chinesa na Nova Era* (2019) é possível ler:

*Resolver a questão de Taiwan e alcançar a reunificação completa do país é do interesse fundamental da nação chinesa e é essencial para concretizar o rejuvenescimento nacional. A China adere aos princípios da “reunificação pacífica” e “Um país, Dois sistemas”, promove o desenvolvimento pacífico das relações através do Estreito e promove a reunificação pacífica do país. Entretanto, a China opõe-se resolutamente a quaisquer tentativas ou ações de divisão do país e a qualquer interferência estrangeira para esse fim. (...) Não prometemos renunciar ao uso da força e reservamo-nos a opção de tomar todas as medidas necessárias. Isto não é de forma alguma dirigido aos nossos compatriotas em Taiwan, mas à interferência de forças externas e ao número muito pequeno de separatistas da “independência de Taiwan” e às suas atividades. O EPL derrotará resolutamente qualquer um que tente separar Taiwan da China e salvaguardará a unidade nacional a todo custo (Traduzido do inglês pelo autor).<sup>xxxiv</sup>*

Portanto, a situação de Taiwan envolve o choque entre os amplos interesses políticos, econômicos e estratégicos dos Estados Unidos, e um objetivo histórico do governo chinês. Disso derivam tensões que podem escalar para um possível conflito na área que teria grande impacto e reflexos incalculáveis para a

Ásia Oriental e o mundo, pois tem o potencial de envolver diretamente Washington e Beijing- duas potências nucleares e as principais economias do mundo- e, de forma colateral, o Japão. Considerando isso, não é um exagero dizer que a não resolução definitiva da *Questão de Taiwan* no curso das últimas décadas transformou-se em uma ameaça a paz na Ásia Oriental.

## Notas

<sup>i</sup> MADDISON, Angus. **The World Economy**. Vol: 1 e 2. Editado pela OECD, Paris, 2007, pp. 303-304.

<sup>ii</sup> Esse círculo, também chamado de Bando dos Quatro, foi o núcleo político no PCCh que edificou e conduziu a Revolução Cultural entre 1966 e 1969.

<sup>iii</sup> HUI, Wang. **The End of the Revolution: China and the Limits of Modernity**. Editado por Verso, Nova York, 2009, pp. 4-10.

<sup>iv</sup> AMIN, Samir. **The Future of Maoism**. Editado por Monthly Review Press, Nova York, 1983, pp. 41-50.

<sup>v</sup> FAIRBANK, John. **China: A New History**. Editado por The Belknap Press of Harvard University Press, 2ª ed., Londres, 2006, pp. 331-334.

<sup>vi</sup> ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing- The lineages of Twenty First Century**. Editado por Verso, Londres, 2007, pp. 324-341.

<sup>vii</sup> FAIRBANK, op. cit., pp. 257-260.

<sup>viii</sup> SHOZO, Fujii. **The formation of Taiwanese identity and the cultural policy of various outside regimes**. In: **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. Editado por Columbia University Press, Nova York, 2006, pp. 70-74.

<sup>ix</sup> CHINA DAILY. Q&A: **How did the people of Taiwan resist against the Japanese?**. 2015. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/world/2015victoryanniv/2015-11/19/content\\_22485682.htm](https://www.chinadaily.com.cn/world/2015victoryanniv/2015-11/19/content_22485682.htm).

<sup>x</sup> GRECHKO, A. A. **A Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial**. Editora Livraria Ciência e Paz, 1985, pp. 292-298.

<sup>xi</sup> FAIRBANK, op. cit., pp. 331-332.

<sup>xii</sup> NIANLONG, Han. **Diplomacy of Contemporary China**. Editado por New Horizon Press, Beijing, 1990, pp. 88-94.

<sup>xiii</sup> Entenda-se como pensamento mackinderiano o paradigma que tem como pressuposto basilar a ideia de que o domínio estratégico sobre a Ásia é crucial para uma hegemonia mundial, pois é descrita como o centro do mundo pelo geógrafo Halford Mackinder no artigo **The Geographical Pivot of History** (1904).

<sup>xiv</sup> VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Editado por The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge/Massachusetts/Londres, 2011, p. 291.

<sup>xv</sup> HUI, Wang. **The Politics Of Imagining Asia: Empires, Nations, Regional And Global Orders.** In: **Asia-Pacific Journal.** Vol: 5, Nº 4, 2005. Disponível em: <https://apjjf.org/wang-hui/2407/article>.

<sup>xvi</sup> JABBOUR, Elias Marco K.. **Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje.** Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, pp. 109-113.

<sup>xvii</sup> XIAOPING, Deng. **An Idea For the Peaceful Reunification of the Chinese Mainland and Taiwan- June 26, 1983.** In: **The Selected Works of Deng Xiaoping Modern Day Contributions to Marxism-Leninism.** Vol: 3 (1982-1992). Disponível no link: <https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/08/an-idea-for-the-peaceful-reunification-of-the-chinese-mainland-and-taiwan/>. Acesso em 15 de junho de 2024.

<sup>xviii</sup> VOGEL, ibd., pp. 219-225.

<sup>xix</sup> BRZEZINSKI, Zbigniew. **El gran tablero mundial- La supremacía estadounidense y sus imperativos.** Edição digital por Chungalitos, s/l, 1997, pp. 225-228.

<sup>xx</sup> WIKISOURCE. **Shanghai Communiqué.** 1972. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Shanghai\\_Communicu%C3%A9](https://en.wikisource.org/wiki/Shanghai_Communicu%C3%A9). Acessado em 1 de junho de 2024.

<sup>xxi</sup> WIKISOURCE. **Joint Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations.** 1978. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Joint\\_Communicu%C3%A9\\_on\\_the\\_Establishment\\_of\\_Diplomatic\\_Relations](https://en.wikisource.org/wiki/Joint_Communicu%C3%A9_on_the_Establishment_of_Diplomatic_Relations). Acessado em 1 de junho de 2024.

<sup>xxii</sup> WIKISOURCE. **US-PRC Joint Communiqué, August 17, 1982.** 1982. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/US%E2%80%93PRC\\_Joint\\_Communicu%C3%A9,\\_August\\_17,\\_1982](https://en.wikisource.org/wiki/US%E2%80%93PRC_Joint_Communicu%C3%A9,_August_17,_1982). Acessado em 1 de junho de 2024.

<sup>xxiii</sup> MAHBUBANI, Kishore. **A China Venceu? O desafio chinês à supremacia americana.** Editado por Intrínseca, Rio de Janeiro, 2021, pp. 107-116.

<sup>xxiv</sup> Morris Chang tem origem em uma família de classe média-alta em Zhejiang na China continental, formou-se em engenharia no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT). O engenheiro e empresário possui boas relações com as empresas do Vale do Silício e o governo de Taiwan desde a década de 1980, e foi o principal responsável pela construção do mais importante complexo tecnológico da ilha.

<sup>xxv</sup> WIKISOURCE, 1972, ibd.

<sup>xxvi</sup> MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Joint Communiqué of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China.** 1972. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>. Acessado em 4 de junho de 2024.

<sup>xxvii</sup> WIKISOURCE. **Potsdam Declaration. 1945.** Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Potsdam\\_Declaration#:~:text=The%20Potsdam%20Declaration%20or%20the,upon%20at%20the%20Potsdam%20Conference](https://en.wikisource.org/wiki/Potsdam_Declaration#:~:text=The%20Potsdam%20Declaration%20or%20the,upon%20at%20the%20Potsdam%20Conference). Acessado em 5 de junho de 2024.

<sup>xxviii</sup> Os Han-Hakka são um subgrupo da etnia Han que habitam Taiwan há séculos. Eles chegaram a partir de diferentes levadas migratórias desde Xiamen, Guangzhou, Fuzhou e outras províncias chinesas da costa leste e sul. Os Han-Hakka diferem pouco dos chineses

que habitam o continente em termos culturais, contudo devido a problemas históricos na Dinastia Qing, por causa da imigração da corte Ming para ilha, e no século XX com a ocupação japonesa, os habitantes de Taiwan adquiriram uma identidade singular perante a China continental.

<sup>xxix</sup> HOUSE OF REPRESENTATIVES. **Taiwan Policy Act. 2013.** Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/BILLS-113hr419ih/pdf/BILLS-113hr419ih.pdf>. pp. 6 e 8. Acessado em 8 de junho de 2024.

<sup>xxx</sup> BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power.** Editado por Basic Books, Nova Iorque, 2012, pp. 95–96.

<sup>xxxi</sup> O tema foi apresentado pela primeira vez pelo autor em 2005 em um artigo para a revista **The Atlantic** chamado **How We Would Fight China** (Como combateríamos a China). Desde então Robert Kaplan integrou instituições do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e trabalhou para importantes thinktanks como o *Center for a New American Security* (Centro para uma Nova Segurança Americana) e o **Foreign Policy Research Institute** (Instituto de Pesquisas de Política Externa).

<sup>xxxi</sup> MAHBUBANI, ibd., pp. 108–109.

<sup>xxxi</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos.** Editado por Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2013, pp. 126–134.

<sup>xxxi</sup> STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in the New Era.** Beijing, 2019.

#### **Documentos citados:**

HOUSE OF REPRESENTATIVES. **Taiwan Policy Act. 2013.** Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/BILLS-113hr419ih/pdf/BILLS-113hr419ih.pdf>. Acessado em 8 de junho de 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Joint Communiqué of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China.** 1972. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>. Acessado em 4 de junho de 2024.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in the New Era.** Beijing, 2019.

WIKISOURCE. **Joint Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations.** 1978. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Joint\\_Communicu%C3%A9\\_on\\_the\\_Establishment\\_of\\_Diplomatic\\_Relations](https://en.wikisource.org/wiki/Joint_Communicu%C3%A9_on_the_Establishment_of_Diplomatic_Relations). Acessado em 1 de junho de 2024.

WIKISOURCE. **Potsdam Declaration. 1945.** Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Potsdam\\_Declaration#:~:text=The%20Potsdam%20](https://en.wikisource.org/wiki/Potsdam_Declaration#:~:text=The%20Potsdam%20)

Declaration%20or%20the,upon%20at%20the%20Potsdam%20Conference.  
Acessado em 5 de junho de 2024.

WIKISOURCE. **Shanghai Communiqué. 1972.** Disponível em:  
[https://en.wikisource.org/wiki/Shanghai\\_Communicu%C3%A9](https://en.wikisource.org/wiki/Shanghai_Communicu%C3%A9). Acessado em 1 de junho de 2024.

WIKISOURCE. **Treaty of Peace and Friendship between Japan and the People's Republic of China.** Disponível em:  
[https://en.wikisource.org/wiki/Treaty\\_of\\_Peace\\_and\\_Friendship\\_between\\_Japan\\_and\\_the\\_People%27s\\_Republic\\_of\\_China](https://en.wikisource.org/wiki/Treaty_of_Peace_and_Friendship_between_Japan_and_the_People%27s_Republic_of_China). Acesso em 02 de julho de 2024.

WIKISOURCE. **US-PRC Joint Communique, August 17, 1982.** 1982. Disponível em:  
[https://en.wikisource.org/wiki/US%E2%80%93PRC\\_Joint\\_Communique,\\_August\\_17,\\_1982](https://en.wikisource.org/wiki/US%E2%80%93PRC_Joint_Communique,_August_17,_1982). Acessado em 1 de junho de 2024.

## Referências

AMIN, Samir. **The Future of Maoism.** Editado por Monthly Review Press, Nova York, 1983.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing- The lineages of Twenty First Century.** Editado por Verso, Londres, 2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **El gran tablero mundial- La supremacía estadounidense y sus imperativos.** Edição digital por Chungalitos, s/l, 1997.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power.** Editado por Basic Books, Nova Iorque, 2012.

CHINA DAILY. Q&A: **How did the people of Taiwan resist against the Japanese?**. 2015. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/world/2015victoryanniv/2015-11/19/content\\_22485682.htm](https://www.chinadaily.com.cn/world/2015victoryanniv/2015-11/19/content_22485682.htm). Acessado: 12 de junho de 2024.

FAIRBANK, John. **China: A New History.** Editado por The Belknap Press of Harvard University Press, 2ª ed., Londres, 2006.

GRECHKO, A. A. **A Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial.** Editora Livraria Ciência e Paz, 1985.

---

HUI, Wang. **The End of the Revolution: China and the Limits of Modernity**. Editado por Verso, Nova York, 2009.

HUI, Wang. **The Politics Of Imagining Asia: Empires, Nations, Regional And Global Orders**. In: Asia-Pacific Journal. Vol: 5, Nº 4, 2005. Disponível em: <https://apjpf.org/wang-hui/2407/article>.

JABBOUR, Elias Marco K.. **Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MADDISON, Angus. **The World Economy**. Vol: 1 e 2. Editado pela OECD, Paris, 2007.

MAHBUBANI, Kishore. **A China Venceu? O desafio chinês à supremacia americana**. Editado por Intrínseca, Rio de Janeiro, 2021.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Editado por Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2013.

NIANLONG, Han. **Diplomacy of Contemporary China**. Editado por New Horizon Press, Beijing, 1990.

SHOZO, Fujii. **The formation of Taiwanese identity and the cultural policy of various outside regimes**. In: **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895–1945: History, Culture, Memory**. Editado por Columbia University Press, Nova York, 2006, pp. 62–77.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Editado por The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge/Massachusetts/Londres, 2011.

XIAOPING, Deng. **An Idea For the Peaceful Reunification of the Chinese Mainland and Taiwan– June 26, 1983**. In: **The Selected Works of Deng Xiaoping Modern Day Contributions to Marxism-Leninism**. Vol: 3 (1982–1992). Disponível no link: <https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/08/an-idea-for-the-peaceful-reunification-of-the-chinese-mainland-and-taiwan/>.

---

*Recebido: 10/08/2024*  
*Aprovado: 08/09/2024*  
*Publicado: 17/09/2024*